

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GIOVANA RODRIGUES DA SILVA

**EDUCAÇÃO E AUTISMO:  
A INCLUSÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca da Faculdade de Educação  
Simone Lucas Gonçalves de Oliveira - CRB 8/n.8144

Si38e Silva, Giovana Rodrigues da, 1992-  
Educação e Autismo: A inclusão no contexto educacional / Giovana Rodrigues da Silva. – Campinas, SP: [s.n.], 2019.

Orientador: Nima Imaculada Spigolon.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. TEA (Transtorno do Espectro Autista). 2. Inclusão. 3. Educação. I. Spigolon, Nima Imaculada. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

**Titulação:** Licenciado

**Banca examinadora:**

Crispim Antonio Campos

**Data de entrega do trabalho definitivo:** 13-12-2019

GIOVANA RODRIGUES DA SILVA

**EDUCAÇÃO E AUTISMO:  
A INCLUSÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito à obtenção do título de Pedagoga pela Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, sob orientação da Profa. Dra. Nima I. Spigolon.

CAMPINAS

2019

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nima Spigolon  
FE/UNICAMP

Segundo Leitor:  
Crispim Antonio Campos  
UFSCAR

12 de Dezembro de 2019, Campinas

Dedico este trabalho à Deus, aos meus pais, ao meu irmão e a meu marido que foram as pessoas que estiveram ao meu lado durante esse percurso. Dedico também a todas crianças autistas e com deficiência.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, por sempre estar presente em minha vida a todo momento.

Aos meus pais, por ter estado ao meu lado nesses anos, me apoiando em todas as decisões que tomei até aqui e por dedicarem mais da metade da vida deles por mim e pelo meu irmão.

Agradeço ao meu irmão, que me ensinou a ser uma pessoa mais paciente e compreensível. Ensinou-me a dividir e a me mostrou que a vida precisa ser levada de forma leve e sem pressa.

Agradeço também ao meu marido, que me acompanha desde o início da minha faculdade, sempre me incentivou a seguir e a nunca desistir.

Aos mestres da Universidade que me instruíram com maravilhosos conhecimentos e me fizeram entender o quanto é importante uma aprendizagem, ainda mais quando é contínua.

À minha orientadora Nima Spigolon, que desde quando conversamos, ela se prontificou em me ajudar e me orientar no que fosse preciso. Como sempre falei a ela, Deus me enviou a pessoa certa, na medida certa quando eu menos esperava.

Ao autor do livro, “Esperanças Equilibristas, A Inclusão de Pais de Filhos com Deficiência”, Crispim Antonio Campos, por me apoiar e aceitar ser o segundo leitor de meu TCC.

Por fim, agradeço ao Colégio Integrado São Francisco e as pessoas que nele trabalham. Proporcionaram-me tempo a mais de estudos, para que meu sonho de aprender e me formar fosse realizado.

## RESUMO

A expressão “autismo” foi usada pela primeira vez por Bleuler em 1911 para caracterizar falta de contato social e comunicação, assim propuseram que esse quadro fosse denominado de Esquizofrenia Infantil. O psiquiatra norte americano Leo Kanner usou o termo autismo infantil em 1943, quando descreveu em sua publicação intitulada Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo, estudando um grupo de onze casos clínicos de crianças. No início do século XXI estudos mostram que a média é uma em cada 160 crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Existem intervenções, tratamentos comportamentais e os programas de treinamento de habilidades para os pais, deste modo dialoguei juntamente com o livro “Esperanças Equilibradas, A Inclusão de Pais de Filhos com Deficiência”, de Crispim Antonio Campos, trazendo uma proposta de entender um pouco mais o universo dos pais que possuem filhos com deficiência. Sendo assim os pais precisam ter condições e conhecimento para melhor se incluir no processo de integração de pessoas com deficiência, trabalhando de modo a elaborar políticas públicas e de assistência que promovam por sua vez as inserções sociais. Nesta perspectiva este trabalho tem como objetivo refletir sobre o autismo, também sobre a necessidade de incluir crianças autistas nas escolas regulares e a inclusão de pais de filhos com deficiência.

**Palavras Chave:** TEA (Transtorno do Espectro Autista), Inclusão, Educação.

## SUMÁRIO

### 1.INTRODUÇÃO

Um pouco de mim e minha formação..... 9

### 2.DESENVOLVIMENTO..... 13

2.1 – Famílias e suas diversidades ..... 13

2.2 – A deficiência, o estigma e o preconceito..... 16

2.3 – Terminologia ..... 19

2.4 – Educação Inclusiva e Cidadania..... 20

2.5 – Histórias de vidas e o diagnóstico..... 25

### 3. DEPOIMENTO

3.1 - Depoimento de uma mãe com filho autista ..... 26

### 4. CONCLUSÃO ..... 28

## **1. INTRODUÇÃO**

### **UM POUCO SOBRE MIM E MINHA FORMAÇÃO.**

Início meu TCC contando um pouco sobre mim, sobre minhas vivências na educação e como ela me faz feliz, por me levar a sempre querer mais e a entender o que antes não conseguia entender.

Eu tenho 27 anos, estou cursando Pedagogia na Unicamp, sou apaixonada pela minha profissão e pelo caminho que percorri. Meu percurso até chegar a Pedagogia não foi logo quando finalizei o Ensino Médio, pois eu ainda estava em dúvida em qual profissão seguir, assim eu fiz alguns anos de cursinho, até decidir qual seria meu destino. Logo abaixo, conto quais eram minhas opções de formação.

Minha mãe é professora há 28 anos, então eu nasci num ambiente familiar da educação. Todas as irmãs da minha mãe também são professoras, uma delas é professora de Arte e as outras duas são professoras que trabalham com inclusão, na APAE e na Prefeitura Municipal crianças de inclusão de minha cidade, Mogi Guaçu, estado de São Paulo.

Como cresci num ambiente educacional e de convivência com pessoas ligadas a área da educação, assim quando eu comecei a escolher qual profissão seguir, me veio na cabeça duas profissões, Pedagogia ou Medicina. Muitas pessoas falam que são coisas totalmente diferentes, mas não as vejo tão diferentes assim. A Pedagogia, ela forma pessoas para ensinar, mas para mim é muito mais que isso, para mim é você conhecer quem está com você todos os dias, é você se doar e conseguir enxergar as necessidades do próximo, o que ele passa fora e dentro da sala de aula, é cuidar e curar traumas e feridas ainda não cicatrizadas e tudo isso, através do amor. São as conversas cotidianos com seus alunos que te fará aprender sobre ele e com ele e ao mesmo tempo você o ensinará.

A Medicina por sua vez, está voltada ao corpo humano e o curar, na maioria das vezes, é a utilização de remédios e recursos hospitalares, com isso curam o corpo, o físico dos indivíduos. Sendo que o médico ele precisa sim descobrir qual doença, ou o que se passa com cada paciente, mas o modo como a cura é feita, é diferente da exercida pelo professor. O professor ele tem o poder de curar a alma, curar as feridas e os males advindos do contexto familiar e social, e isso pode acontecer se ele

entende qual a necessidade de cada aluno e conseguir através do amor, da paciência, estar mais perto e fazer com que o aluno confie nele e em si próprio.

Desde muito cedo, tive contato com crianças com algum tipo de deficiência, mas me lembro que quando estava no 9º ano do Ensino Fundamental foi que eu tive curiosidade de entender sobre os autistas, isso porque estava em uma aula de educação física e olhei para o lado e vi um menino com idade aproximada de 5 anos, sentado sozinho na arquibancada, enquanto os amigos brincavam em grupos. Perguntei ao professor, o porquê disso, ele me explicou que ele era diferente, não gostava de brincar com outras crianças, pois ele era autista. Fiz várias perguntas, mas não obtive respostas que suprimam minha curiosidade e a minha necessidade de entender o que se passava com pessoas com esse tipo de Transtorno - (TEA – Transtorno do Espectro Autista). Assim comecei a procurar sobre a história e como seriam as pessoas que tivessem esse tipo de transtorno.

Quando iniciei meu percurso acadêmico, tinha em mente que meu Trabalho de Conclusão de Curso seria voltado a inclusão de crianças, mas muitas pessoas falavam que com o passar dos dias, eu mudaria, me apaixonaria por outro tema e eu sempre aceitei as opiniões, e essa mudança de tema poderia mesmo ocorrer, porque quando entrei na universidade, eu não tinha tanto conhecimento sobre outros assuntos que poderiam vir a ser norteadores de outras opiniões e no decorrer dos anos, me deixei abrir por outros temas, como de Gênero, de Psicologia Infantil, TDAH, entre outros, mas nenhum deles me chamaram tanto a atenção com o Autismo chama. Então nesse último ano, tive que escolher meu tema e eu percebi que não mudei minha ideia inicial.

Em algumas de minhas pesquisas sobre o autismo, eu me deparei com a história desse Transtorno, que se teve início em 1911, com um psiquiatra suíço chamado Eugen Bleuler, onde o termo “Autismo” foi usado pela primeira vez e que por sua vez expôs seis casos em que os sintomas haviam se iniciado antes da puberdade e que mostravam alterações no comportamento, falta de contato social e comunicação, assim propuseram que esse quadro fosse denominado de Esquizofrenia Infantil.

Somente em 1943, Leo Kanner, médico nascido no antigo Império Austro-Húngaro, publicou o artigo: “Os distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, descrevendo 11 crianças com a incapacidade de se relacionarem de maneira normal com pessoas

e situações, desde modo passa a mostrar as primeiras explicações daquilo que hoje é conhecido de Transtorno do Espectro do Autismo infantil ou Transtorno autista.

E para entender melhor a vida e o cotidiano de uma criança com autismo, realizei uma entrevista com a mãe de uma criança autista. Ela foi receptiva às minhas perguntas e foi aberta a respondê-las com clareza. Foi muito bom para mim a resposta de algumas perguntas, pois assim pude ter certeza do que eu imaginava e pensava.

Os ruídos ou movimentos repetidos produzidos por elas próprias, entretanto, não eram acompanhados de manifestações de angústia. Kanner descreveu que os barulhos e movimentos repetitivos em crianças com esse transtorno seria: “Desejo obsessivo e ansioso pela manutenção da uniformidade”. Fazendo com que preferissem tudo o que se mostrava repetitivo, rotineiro e esquemático.

Tudo o que vinha do exterior era experimentado por essas crianças como uma “intrusão assustadora”, isso explicava a recusa de alimentos e o desespero provocado por ruídos fortes ou objetos em movimento e também a tendência de ignorar o que lhes era perguntado.

Atualmente estudos mostram que uma em cada 160 crianças tem transtorno do espectro autista (TEA). Sendo que algumas pessoas com transtorno do espectro autistas vivem de forma independente, mas existem outros casos mais graves que apresentam incapacidades e necessitam de cuidados regularmente. As intervenções, tratamentos comportamentais e os programas de treinamento de habilidades para os pais, podem diminuir as dificuldades de comunicação e comportamento social, como algo positivo na qualidade de vida das pessoas com esse Transtorno. Deste modo podemos dizer que o transtorno do espectro autista (TEA) se refere a uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, e por uma gama estreita de interesses e atividades que são únicas para o indivíduo e realizadas de forma repetitiva.

Foi por meio de pesquisas e cotidianamente na faculdade e no colégio em que trabalho que eu consegui entender sobre o Autismo. O currículo, do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp, possui uma disciplina chamada ‘Educação Especial e Inclusão’, mas nós não trabalhamos especialmente o Autismo ou os transtornos existentes, nós aprendemos como incluir crianças, a entender as necessidades de cada criança no contexto escolar, sendo assim muito proveitoso e gratificante essa disciplina.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 – Famílias e suas diversidades**

Tenho por objetivo no meu Trabalho de Conclusão de Curso fazer uma análise mais aprofundada no livro “Esperanças Equilibristas – A Inclusão de pais de filhos com deficiência” de Crispim Antonio Campos, 2013.

O autor inicia seu livro falando sobre a Instituição família, qual seu papel e responsabilidade na vida de cada indivíduo. Ela é por sua vez o primeiro grupo essencial no desenvolvimento de qualquer ser humano, pois é a partir dela que conhecemos algumas das regras, aprendemos os valores, formamos nossos modos de pensar e agir, etc. Cada família por sua vez tem maneiras diferentes de viver, como por exemplo, como se colocam na mesa no horário das refeições, como recebem visitas em casa, etc. Mostrando-nos assim, que nenhuma é igual, mas que todas possuem lugar de destaque na vida de cada indivíduo.

Nossa sociedade viveu por muito tempo ou hoje ainda vive, em um modelo de família Patriarcal, isto é, o pai é quem detém o poder dentro de casa, ele sai para trabalhar e sustenta seu lar e a mãe por sua vez, é responsável pela casa e pelos filhos. Sendo que para muitos autores, as famílias eram formadas a partir de interesses econômicos, tendo como objetivo a multiplicação das fortunas.

A distribuição da autoridade na família fundamenta-se, assim, nos papéis diferenciados do homem e da mulher. A autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num sentido simbólico em que a maternidade faz da mulher, tornando-a reconhecida como tal, senão ela será uma potencialidade, algo que não se completou. Outro importante fundamento da autoridade da mulher está no controle do dinheiro, que não tem relação com sua capacidade individual de ganhar dinheiro, mas é uma distribuição de seu papel de dona-de-casa. (SARTI, 2003, p.23)

Em relação a educação dos filhos, Ronald D. Laing (1967) e David Cooper (1970) diziam que os pais não podiam participar da educação dos filhos, que seria necessário que pessoas aptas a educar as crianças fizessem esse papel e longe dos pais. Embora para outros autores, a educação deve acontecer juntamente com os pais, como Petter Mittler (2003) cita em “Educação Inclusiva: contextos sociais:

“Talvez o desafio mais importante para o futuro seja o de tornar as crianças e jovens capazes de falar de si próprias, até mesmo desafiarem o sistema e as visões de suas famílias e dos profissionais que trabalham com elas. Esse processo deve começar na escola, em parceria com ao pais” (MITTLER, 2003, p. 250).

Fazer com que as crianças pensem é o melhor caminho a ser tomado, assim elas aprendem a ser críticas e a entender qual seu papel dentro da sociedade, mas para que isso aconteça é necessário que a parceria dos pais com a escola e que esse trabalho seja feito em cima de uma educação de respeito ao próximo, de aceitar as diferenças e conseguir construir nas crianças um pensamento crítico a partir de fatos e vivências.

Como consideram Adorno e Horkheimer (2000), em ‘Temas básicos de Sociologia’: “Se a família está indissolúvelmente ligada à sociedade, o seu destino dependerá do processo social e não da própria essência como forma social autossuficiente.” (p. 146 – 147) Sendo assim, a família é a instituição mais importante na vida de uma pessoa, mas somente ela não consegue ensinar e passar vivências e acontecimentos cotidianos se as crianças não estiverem inseridas ao mundo fora de casa, como por exemplo, no ambiente escolar.

E quando ensinamos as crianças, dentro ou fora do contexto escolar, a respeitarem as diferenças do próximo, acredito que a chance de não termos mais lugar para os preconceitos e para a discriminação na sociedade seriam grandes. E ensinando-as, elas crescerão adultos informados com uma outra visão de mundo.

No decorrer do livro o autor discorre sobre vários assuntos e um deles são as deficiências no contexto familiar e como elas são conduzidas para que o indivíduo com deficiência consiga viver e ser aceito pela sociedade. É como Buscaglia, 1997 acentua:

“As famílias não terão de lidar apenas com as pressões internas, mas também com aquelas exercidas por forças sociais externas. Os parentes, amigos e conhecidos bem-intencionados com frequência criam problemas adicionais...” (BUSCAGLIA, 1997, p. 89).

O que muitas vezes acontece é que essas pessoas bem intencionadas, como dito acima, elas querem tanto ajudar que acabam atrapalhando, isto é, dão opiniões e ideias que muitas vezes levam os pais a pensarem que estão errando, ou que não

estão dando seu melhor. Deste modo, fazendo com que as famílias que já se sentem diferentes, sintam mais ainda mais desamparadas, pois os pais de filhos com deficiência passam por dificuldades maiores e mais complexas, sendo que a primeira delas é o choque e logo depois a aceitação, tornando muitas vezes uma experiência traumática para a família.

Quando se recebe uma notícia de que seu filho possui algum tipo de deficiência as preocupações crescem, pois terão um filho com características físicas ou psíquicas que nunca pensaram, sendo que uma das consequências disso é o isolamento, pensando no que seus filhos podem sofrer, e também as explicações que terão que dar para as pessoas ao redor, pois seus filhos possuem demandas e necessidades diferenciadas.

Os pais precisam conciliar a deficiência do filho, com o trabalho, com as obrigações pessoais e com os cuidados maternos. Lembrando que muitas vezes os pais também se desdobram para o sustento do filho com deficiência e dos outros, caso hajam. A rotina das famílias por vezes é alterada, pois o lar terá que se adequar as necessidades do indivíduo, as rotinas hospitalares, os passeios, etc. O que muda muitas vezes nessas famílias, são os valores morais, como por exemplo, passam a respeitar mais as pessoas, as diferenças e que muitas vezes não haviam sido pensados anteriormente.

“Todos os fatos em relação ao papel de qualquer família são verdadeiros no que se refere à família do deficiente. Porém, há provas que indicam que os problemas serão mais intensos no caso de uma família com um membro deficiente. A partir do momento em que a criança ou adulto deficiente é trazido para casa, vindo do hospital, o clima da família se transforma.”  
(BUSCAGLIA, 1997, p. 85).

No âmbito familiar, o que chama bastante a atenção é de como as pessoas enfrentam os filhos com deficiência, como é o que acontece com as mães, se a mãe, por exemplo, começar a reclamar, a mostrar infelicidade, o restante da família fará o mesmo, pois ela é uma figura importante dentro do contexto familiar. Suas atitudes serão copiadas pelos filhos e até mesmo pelo marido. Amaral (1995) aponta em seu livro para algumas situações críticas vividas pelos pais e alternativas de superação:

- Podem **não resultar em crise** mas, pelo contrário, acarretar o crescimento, na medida em que se caracterizam como reorganização e aprendizagem.
- Podem **encaminhar-se para a formação de uma crise larvada** (algo que não eclodiu mas existe de forma encoberta), quando as adaptações são feitas rigidamente e as tentativas de reestruturação, embora não tendo êxito, não chegam a configurar um patente fracasso.
- Podem **desembocar na crise primordialmente dita**, na desorganização psíquica, a qual para ser enfrentada necessitará da “coragem vital” em aceitar o fracasso e denunciar a dificuldade. Implica, em outras palavras, a esperança de encontrar a transformação necessária. (AMARAL, 1995, p. 75).

A meu ver os pais lutam de todas as formas para aceitarem e conseguirem conviver nesse meio da deficiência. Eles querem dar o melhor para seus filhos e querem viver em uma sociedade que aceite seus filhos como eles são e sem discriminação, pois como diz Buscaglia:

“Quando os indivíduos se tornam pais, veem os filhos como uma extensão de si mesmos. Esperam que as crianças, de certa forma, se tornem um reflexo do melhor de si próprios e sentem-se envergonhados quando isso não acontece.” (BUSCAGLIA, 1997, p. 88).

Essa vergonha que os pais sentem, talvez seja por pensarem no meio em que vivem, no preconceito em que seus filhos podem sofrer, assim sentindo que seus filhos são discriminados e se tornam cada vez mais excluídos. Deste modo, preferem o isolamento a ter que conviver com tanta indiferença.

E assim vemos a exclusão se destacar nesse contexto e incertezas, preconceito, solidão, depressão que assolam a vida de pais de filhos com deficiência.

## **2.2 – A deficiência, o estigma e o preconceito.**

Ser “normal” é estar dentro da norma. Mas de onde vem essa norma? Elas são criadas pelas através de modelos nos quais os indivíduos precisam se enquadrar para serem consideradas normais. O que está fora dessa normal, é chamado que não usual.

A definição da palavra “normal” no dicionário é o que está de acordo com a norma, com a regra; comum. Dicionário Aurélio;

O não normal, o não usual, por sua vez causa estranheza, ou seja, é misterioso, esquisito, ameaçador, assustador, é por sua vez o que provoca medo e horror. É como Freud cita, “Naturalmente, contudo, nem tudo o que é novo e não familiar é assustador”; “Algo tem de ser acrescentado ao que é novo e não familiar para torná-lo estranho” (FREUD, 1996, p. 239). E é justamente o que acontece, quando conhecemos alguém e não vemos nada de diferente ou incomum nessa pessoa, aceitamos com uma maior facilidade, mas quando conhecemos alguém que possui algo em discordância com o comum, ela se torna uma ameaça, fazendo com que a angústia tome parte do nosso corpo e que esse indivíduo se torne estranho.

E essa não aceitação da diversidade, das diferenças, faz com que não abramos caminhos para conhecer mais a fundo cada pessoa que por nós passa, isto é, como consequência nasce os estigmas.

Criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisaram que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos (GOFFMAN, 1988, p. 11).

É exatamente o que acontece com as pessoas deficientes, elas geralmente são estigmatizadas, suas capacidades são deixadas de lado, não sendo abertos espaços para que sejam analisadas outras características, além da deficiência. São ressaltadas, assim as características avaliadas como menores. Todos devem ser vistos com o todo que é, pois o que muitas vezes pode faltar em mim, encontramos em uma outra pessoa e assim vice e versa.

Como é explicitado nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, dentro dos Princípios da Educação em Direitos Humanos, 2012, onde deve haver:

” Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades sendo que esse princípio se refere ao enfrentamento dos preconceitos e das discriminações, garantindo que diferenças não sejam transformadas em desigualdades. O princípio jurídico-liberal de igualdade de direitos do

indivíduo deve ser complementado, então, com os princípios dos direitos humanos da garantia da alteridade entre as pessoas, grupos e coletivos. Dessa forma, igualdade e diferença são valores indissociáveis que podem impulsionar a equidade social.”

Precisamos lutar pela igualdade, para que não haja estigmatização da pessoa com deficiência e conseqüentemente o crescimento do preconceito.

Como Campos, 2013, coloca em seu livro: “O preconceito é, quase sempre, uma reação a uma ameaça, origem e causas de segregação sem fim, distanciamentos incontáveis do objeto que o provocou e, motivo quase sempre de conflitos e violências.” (p. 43).

E dentro do conceito preconceito pode-se encontrar, como consequência, dois nomes bem conhecidos, a exclusão e a discriminação, sendo de discriminar é o ato de tratar o outro de maneira injusta por vários fatores e um deles são pelas características pessoais. Enquanto exclusão é a maneira que as pessoas usam para eliminar, pela não aceitação ou o não querer perto um indivíduo que não se enquadra num padrão anteriormente definido, se tornando um ato de segregar, isto é, afastar, separar, diferenciar.

Outro exemplo que nos mostra bem o que é o preconceito, é o homossexualismo, pois a pessoa homossexual antes mesmo de apresentar orientações sexuais diferenciadas, ela é uma pessoa com sentimentos, que possui uma casa, um trabalho, seus costumes, etc. E as pessoas reduzem suas características em sua opção sexual, havendo assim a diminuição e redução dos valores do outro.

O preconceito vem do coletivo, sendo que se origina do meio em que o indivíduo vive, da sua cultura e educação, pois se crianças aprendem desde pequenos que diferenças existem e que temos que respeitá-las, não precisaríamos falar em preconceito com elas.

Assim podemos perceber que a educação possui um papel fundamental, pois é a partir dos professores e pais a função de ensinar e conscientizar as crianças sobre as diferenças e com isso eliminar os preconceitos. Um meio dinâmico para realizar tais funções seria a criação de projetos que ajudam as crianças a entenderem mais sobre o outro e suas especificidades.

“Se existe algo que pode ajudar contra a frieza como condição da desgraça, então trata-se do conhecimento dos próprios pressupostos desta, bem como da tentativa de trabalhar previamente no plano individual contra esses pressupostos. Agrada pensar que a chance é tanto maior quando menos se erra na infância, quanto melhor são tratadas as crianças.” (ADORNO, 1995, p.135).

### 2.3 – Terminologia

É preciso que se tenha muito cuidado quando falamos de pessoas com deficiência e como falamos. Muitas vezes as pessoas, na tentativa de serem politicamente corretas, acabam agindo da maneira menos correta possível. O uso de um vocabulário inadequado pode refletir preconceito, estigmas, estereótipos e falta de conhecimento.

Diversos dispositivos constitucionais tratavam ou ainda tratam como “pessoas portadoras de deficiência”, mas a nomenclatura adequada atualmente é “pessoas com deficiência”. Essa nomenclatura foi adotada na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova York em 30 de março de 2007 e promulgada no Brasil pelo Decreto Presidencial 6.949/09.

Alguns exemplos de frases com preconceitos embutidos:

“Apesar de deficiente, ele é um ótimo aluno”, assim parece que a pessoa com deficiência não pode ser um ótimo aluno. Pode-se reformular essa frase e dizer: ele tem deficiência e é um ótimo aluno.

“Ela é cega mas mora sozinha”, a meu ver essa frase expressa que pessoas cegas não podem morar sozinhas, sendo que todo cego não é capaz de morar sozinho’. A frase ficaria melhor assim: ela é cega e mora sozinha.

“Ela teve paralisia cerebral”. A paralisia cerebral permanece com a pessoa por toda a vida. Sendo melhor dizer: Ela tem paralisia cerebral.

Deste modo devemos repensar em algumas expressões e palavras que usamos quando nos relacionamos a pessoas com deficiência. Mesmo que não queremos ser preconceituosos, muitas vezes não temos a intenção, mas usamos

terminologias inadequadas. Esse modo como as pessoas tratam e falam sobre pessoas com deficiência mostra que nossa sociedade precisa urgentemente se conscientizar em relação a inclusão, respeito e conhecimento das diferenças existentes.

Booth (1999), Ainscow (1997), Mittler (2003), Mazzota (2003) e Rodrigues (2006) consideram que o uso de terminologias para designar as pessoas com deficiências, tais como portadores de necessidades especiais, classe especial, educação especial, por vezes são denunciadoras das injustiças e preconceitos sociais intrínsecos.

## **2.4 – Educação Inclusiva e Cidadania**

Para que possamos falar em Educação Inclusiva, primeiramente temos que falar sobre Cidadania. Mas o que é cidadania? É a prática dos direitos e deveres de um indivíduo no ambiente em que vive e compartilha com os outros. Sendo que os direitos e deveres de um cidadão devem andar sempre juntos, uma vez que esses direitos implicam necessariamente numa obrigação de outro cidadão. Assim a cidadania é um conjunto de direitos, recursos, práticas, etc, que dá ao indivíduo a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo.

Para Arendt, a cidadania é formada de pluralidades e diversidades:

“Os conceitos políticos se baseiam na pluralidade, diversidade e limitações mutuas. Um cidadão é, por definição, um cidadão entre cidadãos de um país entre países. Seus direitos e deveres devem ser definidos e limitados, não só pelos companheiros cidadãos, mas também pelas fronteiras de um território”. (ARENDR, 1987, p. 75).

E para que haja a inclusão dentro da instituição educacional, é preciso que haja profissionais que entendam verdadeiramente o que significa incluir uma criança, ou uma pessoa, com ou sem deficiência, isto é, tratando ela com igualdade, realizando atividades que ela participe e não deixando ela em sala de aula, enquanto todos os amigos vão para aula de educação física, por exemplo. Ou quando você fala dessa criança perto dela, como se ela não pudesse responder e entender o que você está falando.

A inclusão na educação pode ser considerada uma superação de limites de quem convive com ela. Ajudando grandemente na construção da humanidade.

Deve-se assinalar que a educação inclusiva não se volta unicamente às crianças deficientes, ou portadoras especiais, mas para crianças de etnias minoritárias, mulheres – nos países que as excluem da educação – meninos de rua, delinquentes, etc. (CROCHIK, 2003, p.21)

Deste modo, se as crianças fossem educadas tanto na escola como em casa a respeitarem as diferenças do próximo, se elas tivessem contato com pessoas com deficiências e fossem instruídas da maneira correta, isto é, não pensarem que indivíduos com deficiências não são capazes de ouvir, de entender, de pensar, de se desenvolver, entre outros, não precisaríamos falar em inclusão, pois nós só trabalhamos com inclusão quando há alguém que está sendo excluído.

E quando falamos em inclusão de alunos com deficiência, precisamos que os professores estejam preparados e certos de como incluirão esses alunos, pois é fácil dizer que a inclusão acontece, sendo que muitas vezes a criança fica na sala de aula, mas é deixada de lado dentro da sala, se tornando visivelmente uma inclusão que é exclusão. Como diz Mantoan:

“Ao incluir o aluno com deficiência mental na escola regular estamos exigindo desta instituição novos posicionamentos diante de processos de ensino e aprendizagem, à luz de concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas. A inclusão é, pois, um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais de ensino básico”. (MANTOAN, 1997, p. 120).

Incluir, então se torna um processo de reforma e de reestruturação como um todo, pois precisamos de currículos adaptados para cada necessidade, estabelecer mudanças, objetivos, metas, para que todos os alunos tenham possibilidade de usufruírem da grande quantidade de oportunidades sociais e educacionais existente dentro e fora da escola. Se tudo isso se realizar, acabamos impedindo que aconteça a segregação e o isolamento desses indivíduos.

A escola para se tornar inclusiva precisa, segundo Stainback (1999), é necessário que se reconheça e assegure às necessidades diversificadas de seus

alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos.

Como foi colocado nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, 2012:

“... todas as pessoas, independente do seu sexo; origem nacional, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais; de suas escolhas de credo; orientação sexual; identidade de gênero, faixa etária, pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtornos globais e do desenvolvimento<sup>1</sup>, têm a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática.”

A Constituição Federal assegura, o direito de todos à educação, garantindo assim o atendimento educacional à pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, priorizando o atendimento do aluno com deficiência no Ensino Regular.

Com base nos pressupostos legais da Constituição Federal de 1988, o artigo 205 prevê o direito de todos à educação e o artigo 208 prevê o atendimento educacional especializado, e a inclusão escolar, fundamentada na atenção à diversidade, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais (BRASIL, 1999).

Isto fica evidenciado que as escolas, para serem inclusivas, tanto precisam se modificar no que for necessário para assegurar uma educação de qualidade, quanto fazer parceria com a comunidade, deste modo não é somente incluir os alunos com deficiência, mas também os pais desses alunos, assim as escolas precisam ter suas próprias políticas para exercer um bom trabalho com os pais e a comunidade, e assim conseguir eliminar os preconceitos que existem.

O conceito de escola inclusiva se concreta na ideia de que todas as crianças devem ser aceitas pela escola regular e nela encontrar respostas às suas necessidades, através de um ensino baseado na cooperação, em que todas as crianças aprendam juntas e beneficiem tanto o nível do desenvolvimento acadêmico como as relações sociais.

E como se tornar uma escola inclusiva? Para isto, há a necessidade de currículos adaptados para cada necessidade, mudanças, estratégias de ensino e uso

de recursos diferenciados. Isto deixa claro que as escolas, para serem inclusivas, tanto precisam se modificar no que for necessário para assegurar uma educação de qualidade, quanto fazer parceria com os pais e a comunidade.

Santos (2007) acrescenta que o sucesso do sistema educativo depende de um conjunto de responsabilidades que devem ser assumidas por setores como família, estado, escola, professores e até mesmo os próprios alunos.

Apenas 1% das crianças com deficiência em países em desenvolvimento frequentam escolas, um dos problemas enfrentados pelos pais, é em relação a estrutura escolar, aos profissionais que na escola trabalham e como seus filhos serão aceitos pela escola, alunos e corpo docente.

As preocupações se acentuam porque não se trata de “integrar crianças com deficiência”, mas sim de permitir ou conquistar, junto à escola, o acesso e o convívio com a diferença e, em um sentido mais amplo, conceder aos alijados do ensino regular o pleno acesso a eles. Através da inclusão não são apenas as crianças que são acolhidas na escola regular, mas também os pais que podem igualmente ser acolhidos à medida que participam de eventos da escola: reunião de pais, conselhos de pais e mestres, comemorações, etc. (CAMPOS, 2009, p.57)

Essa ação de inserir os pais no contexto escolar, faz com que eles sintam parte da escola, podendo ajudar de formas variadas na instituição escolar e no desenvolvimento de seus filhos.

Considerando que um dos focos do meu Trabalho de Conclusão de Curso é Transtorno do Espectro Autista, pude perceber ao longo dos estudos sobre as crianças com TEA, que os pais de crianças com perturbações do espectro autista revelam preocupações muito mais específicas quando confrontados com o diagnóstico, e sentem muitas vezes um sentimento de perda. Como se a criança desejada tivesse falecido.

Hoje em dia, a criança diagnosticada com TEA, tem assegurado participação no ensino regular, público e particular, mas a qualidade do profissional e das instituições que acolhem esse público é o foco de maior questionamento. Para tentar amenizar e garantir o acesso dessas crianças e o oferecimento das mesmas oportunidades para as crianças com deficiência, foi criado o Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde o professor em conjunto com a família devem inserir o

aluno nesse processo educativo para que ele tenha os apoios necessários fora do turno escolar, funcionando como complemento escolar, e não substitui o espaço de sala de aula. Muitos profissionais estão ingressando nesta área nos últimos anos.

Ramos e Faria, (2011) descrevem as finalidades do AEE, onde devem contemplar as seguintes características:

“Cabe a educação especial, entendida como um processo educacional, definida por uma proposta pedagógica, que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente, apoiar, complementar, suplementar, e em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais em todas as etapas e modalidades da educação. Sendo assim, a Educação especial é um campo de conhecimento e, enquanto modalidade transversal de ensino, perpassa todos os níveis, etapas, e realiza o AEE e disponibiliza um conjunto de serviços, recursos e estratégias específicas que favorecem o processo de escolarização dos alunos com deficiência, TEA e altas habilidades e superdotação.” (RAMOS, M. B. J.; FARIA, E. T, 2011, p.79).

Os pais compreendem a inclusão escolar como uma possibilidade de transformação social e é na escola que eles aprendem com o outro e a enfrentar mais facilmente os processos de desenvolvimento de seus filhos.

Para que a inclusão de pessoas com deficiência se torne um sucesso é de grande importância para a criança que o diagnóstico médico seja mais rápido, que políticas públicas e programas sociais sejam criados, que haja recursos pedagógicos em salas de aulas, pesquisas na área, etc.

Professores, pais e alunos nas escolas inclusivas têm consistentemente declarado em entrevistas, em apresentações de conferências e em várias publicações que uma razão importante para o sucesso dessas escolas é o envolvimento de alunos, professores, especialistas e pais trabalhando em colaboração. [...] Resta uma enorme quantidade de trabalho a ser feito para termos escolas eficientes, inclusivas e interessadas em uma base mais disseminada (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 223).

## 2.5 – Histórias de vidas e o diagnóstico.

No capítulo IV do livro, Campos, 2013, elabora entrevistas e discorre sobre a história de vida dos pais de filhos com deficiência, como eles receberam o diagnóstico médico, quais foram suas reações, como eles lidaram e lidam com a deficiência de seus filhos.

Cada pessoa tem uma reação diferente ao receber o diagnóstico de seus filhos. Como pude perceber através dos relatos, alguns pais sentem no momento desespero e ao mesmo tempo coragem de seguir essa caminhada junto a seu filho. Enquanto outros, o recebimento da notícia foi um momento de dor e tristeza, pelo fato do filho não corresponder ao ideal imaginado. Outros pais sofrem em pensar o sofrimento que os filhos podem passar no decorrer da vida.

A demora por notícias pelo meio da instituição hospitalar, pelos médicos faz com que os pais fiquem mais aflitos e quando recebem o diagnóstico é o momento mais difícil e mais doloroso, se transformando em momento de choque.

“O diagnóstico faz parte de um momento de muita apreensão e, por vezes, indesejado pelos pais; é um divisor de águas no sentido de que, a partir dele, a realidade dos filhos e dos pais pode se transformar de maneira radical e permanente. A partir daí, o enfrentamento dessa nova realidade e de todas as dificuldades que fazem parte dela se torna um caminho a ser percorrido.” (CAMPOS, 2013, p. 83)

Ao receber o diagnóstico os pais se fecham, eles lutam pelos filhos, eles dão seu melhor, querem que os filhos vivam da melhor forma possível e ao mesmo tempo sentem medo o tempo todo pelo que seus filhos podem sofrer no futuro.

A maioria dos pais param de viver sua vida para viver a do filho, não conseguem mais sair de casa e deixar os filhos com outras pessoas, pois tem a impressão que essas não conseguirão cuidar como eles cuidam.

### **3. DEPOIMENTO**

#### **3.1 - Depoimento de uma mãe com filho autista.**

Durante minha escrita e minhas reflexões ao decorrer da escrita do meu TCC realizado em 2019, consideramos que poderíamos melhor compreender mais sobre o autismo, sobre a rotina das pessoas com TEA, sua inclusão, como foi para os pais o diagnóstico, deste modo entrevistei uma mãe de uma criança com Transtorno do Espectro Autista, em 23 de Outubro de 2019, com algumas perguntas que acho pertinente a meu tema e ao conhecimento. Seguem abaixo as perguntas e respostas

##### **1. Quais fatores te influenciaram a tomar a iniciativa de procurar um profissional? E como você foi recebida?**

Resposta: “Quando o Dudu tinha dois anos e não falava nenhuma palavra, eu comecei a ficar preocupada, então fui até o pediatra que me orientou procurar uma fonoaudióloga. Foi aí que eu conheci a Taís que é a fonoaudióloga do Dudu até hoje. Ela fez 4 sessões com o Dudu e me falou que o Dudu poderia ser autista. Então ele já começou com psicóloga, terapeuta ocupacional e a fonoaudióloga, tudo para ajudar no desenvolvimento dele. Eu considero que fui muito bem recebida e sou muito grata a Taís por ter me ajudado a esclarecer muita coisa que eu não entendia”.

##### **2. Como foi pra você quando recebeu o diagnóstico do autismo?**

Resposta: “Quando a Taís me disse que o Dudu poderia ser autista, na hora eu pensei o que é o autismo e porque meu filho? Eu fiquei cheia de insegurança... Será que ele vai falar? Será que vai desenvolver como as outras crianças? Como vai ser sua vida na escola, sem ele falar? Mas depois de ler muito sobre o assunto de conhecer outras crianças com autismo, eu posso dizer que por um lado fiquei mais tranquila. Mas algumas questões estão comigo até hoje. Mas cada evolução do Dudu é uma felicidade enorme”.

##### **3. Você considera o autismo como uma deficiência? Por quê?**

Resposta: “Não , eu acho que a criança ou o adulto com autismo com estimulação com o amor e atenção, consegue fazer tudo... Hoje o Dudu tem 6 anos

e a comunicação dele está melhorando muito , ele sabe ler escrever acompanha a turma dele na parte pedagógica, claro que ele tem suas limitações, como na parte de socialização, comunicação... Mas ele é muito estimulado para aprender a fazer tudo que ainda não faz e tenho certeza que ele vai conseguir fazer, tudo que ele quiser, porque aqui nunca vai faltar amor e dedicação para ele” .

#### **4. Como é a rotina semanal do Dudu? E a rotina dos pais, se alterou após o diagnóstico?**

Resposta: “A rotina do Dudu eu considero pesada, ele faz 6 horas semanais de terapia ABA, 2 vezes na semana de fonoaudióloga e 2 vezes na semana de terapia ocupacional sensorial e frequenta a escola regular. É uma rotina cansativa que as vezes ele está bem para fazer e as vezes não. Aqui em casa só o papai trabalha fora, eu, mamãe tive que parar de trabalhar para conseguir levar o Dudu nas terapias, na escola e estar sempre dando a atenção que ele precisa ... Lógico que faz falta eu trabalhar e hoje eu entendo que no momento eu não posso, mas que vai chegar o dia que eu vou poder voltar ao mercado de trabalho”

#### **5. Como você acha que foi a inclusão do Dudu na escola regular?**

Resposta: Inclusão na escola, acho que é um dos maiores desafios quando falamos de autismo. No caso do Dudu, eu passei por alguns momentos de preconceito com ele na escola, porém foi resolvido da melhor maneira, mas aconteceu e machucou toda a família, porque dói e dói muito ver seu filho sofrer preconceito só por ser quem ele é. Mas ele gosta muito da escola dos amigos, das professoras, ele é muito querido por lá e isso nos deixa muito feliz. Claro que muitas coisas poderiam ser melhores e diferentes quando falamos de autismo. Mas o importante é sempre o respeito, e comunicação para que sempre a escola, a família e as terapeutas falem a mesma língua e assim a criança conseguir evoluir da melhor maneira possível.

“O autismo do meu filho me ensinou muita coisa, que cada conquista por menor que seja, tem que ser comemorada, que não precisa de palavras para se comunicar só de olhar nos olhos dele ou até nos gestos dele eu sei o que ele quer. Que ele tem uma inocência inacreditável. Aprendi a lutar pelos direitos do meu filho.”

#### 4. CONCLUSÃO

Início minha conclusão, podendo dizer que estou realizada com a trabalho que fiz e com os autores que tive o prazer de encontrar no decorrer desse estudo. Ao ler o livro “Esperanças Equilibristas - a inclusão de pais de filhos com deficiência” de Crispim Antonio Campos, 2013, me deparei com acontecimentos e questões que nunca haviam passado pela minha cabeça.

Concluí que a inclusão de pessoas com deficiência é um quadro de extrema complexidade, que exige abordagens efetivas, multidisciplinares e que visem não somente a questão educacional, mas também social.

A criança com deficiência pode ser incluída e desenvolver suas habilidades de uma forma muito mais significativa do que aquelas que os pais não buscam ajuda e inclusão. As intervenções precoces possibilitam muitas vezes, desenvolver comunicação, interação social e até mesmo a alfabetização. Superar essa barreira, que isola o indivíduo de um mundo considerado “normal” não é fácil, mas também não é um trabalho impossível, pois existem pessoas dispostas a ajudar e a desenvolver um trabalho voltado a cada deficiência. Sempre que valorizamos as diferenças e exploramos os talentos e possibilidades é possível que todos aprendam mais no tempo e no jeito que são próprios deles mesmos.

“Assim como a inclusão, está é uma jornada empreendida como expressão de certos valores e princípios. Uma verdade parceria, como em qualquer relação próxima, implica respeito mútuo baseado em uma vontade para aprender com o outro, uma sensação de propósito comum, um compartilhamento de informação e, alguns acrescentariam, um compartilhamento de sentimentos... Conhecer a individualidade de cada família é uma das tarefas mais difíceis para qualquer professor, pois há poucas oportunidades para conhecer os pais e mães como pessoas” (MITTLER, 2003, p. 213).

Deste modo, é de grande importância o trabalho conjunto entre os pais, familiares, especialistas e educadores, pois se houver essa parceria desde o início, essas crianças podem se desenvolver melhor e obter muitas conquistas ao longo de suas vidas.

Pude perceber após várias leituras, que a sociedade tem dificuldade em conviver com as diferenças, deixando isso claro de muitas formas, dissimuladas e

mesmo inconscientes através do modo como isola o deficiente e evita o contato com ele sempre que possível.

Sendo que incluir não é apenas colocar o aluno dentro de uma sala de aula regular e dizer que ele está incluído, mas sim inseri-lo ao contexto, ajudá-lo a construir novos conhecimentos, e assim superar suas barreiras. Se isso de fato acontecer, inclusão está tendo seu verdadeiro sentido. É necessário que se transmita conhecimentos através de atividades concretas, brincadeiras lúdicas, visuais e auditivas, atividades que trabalhem as deficiências de cada criança, tudo com significado para quem aplica e para quem recebe, dessa forma, essa criança irá obter conhecimento de maneira mais fácil e prazerosa.

Sendo assim, a educação inclusiva deve ser um motivo que instigue questionamentos em relação a formação dos educadores e educandos, tornando-se necessária uma preparação prévia deste professor, adequação da turma, infraestrutura adequada e um apoio especializado ao docente, aos acompanhantes e aos pais que caminham lado a lado ao longo do ano letivo, além de uma campanha que conscientize a comunidade sobre a importância e a problemática da inclusão em classes de ensino regular.

Finalizo o curso de pedagogia da UNICAMP com uma sensação de dever cumprido, pois pude conhecer, vivenciar e contribuir, junto à equipe de professores e funcionários. Consegui superar algumas dificuldades, fortalecer o laço de amizade e a participar do ambiente universitário. Percebi que ao realizar esse trabalho tive grandes aprendizagens, estabeleci trocas mútuas, diálogo, participação e contextualizações de saberes.

Desse modo, tudo isso me permitiu o aprimoramento do olhar, o desejo de fazer algo novo, de ampliar fazeres, partindo dos novos saberes. E foi na Unicamp, na Faculdade de Educação que desenvolvi uma maneira mais eficaz de pensar e o espírito crítico, além da autonomia para investigação das atividades desenvolvidas.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. & HORKKHEIMER, M. Temas básicos de Sociologia. São Paulo: Cultrix, 2000.

AINSCOW, M. Educação para todos: torná-la uma realidade. In: AINSCOW, M. et alii. 1997. Caminhos para as escolas inclusivas. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

AMARAL, Lúgia Assumpção. Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe, 1995.

ARENDT, Hannah. Homens em tempos sombrios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOOTH, T. Inclusion and exclusion policy in England: who controls the agenda? In: Armstrong, D. et alii (eds.) Inclusive Education: contexts and comparative perspectives. 78-98. London: David Fulton Publishers, 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1988. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases: Lei nº 9394/96 – 24 de dezembro de 1996. Brasília, DF: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC/CNE, 2012.

BUSCAGLIA, Léo F. Os deficientes e seus pais. Rio de Janeiro: Record Nova Era, 1997.

CAMPOS, Crispim Antonio. Esperanças Equilibristas – a inclusão de pais de filhos com deficiência. Juruá Editora, 2013.

COOPER, David. The Death of the Family. Nova York. Random House, Inc, 1970.

CROCHIK, José Leon. Preconceito, indivíduo e cultura. São Paulo: Robe Editorial, 1997.

FREUD, Sigmund. 'O estranho'. In: Obras completas vol XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GROSSI, Yonne de Souza & FERREIRA, Amauri Carlos. Razão narrativa: significado e memória. In: Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº 4, vol. 4. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, 2001.

KANNER, Leo. "Autistic disturbances of affective contact", na revista, Nervous Children, 1943.

LAING, Ronald D. The politics of Experience and The Bird of Paradise. Nova York: Penguin Books, Pantheon, 1967.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A integração das pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2003.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

RAMOS, M. B. J.; FARIA, E. T. Aprender e ensinar: diferentes olhares e práticas. Porto Alegre: PUCRS, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. O todo é igual a cada uma das partes. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 1999, pp. 52-53.

SARTI, Cynthia A. A família como espelho. São Paulo: Cortez, 2003.

STAINBACK, Susan & STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.